

1 - Identificação da entidade

1.1. Dados de identificação

Designação da entidade: Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Sede social: Rua Columbano Bordalo Pinheiro, 18
Natureza da atividade: Atividades de cuidados para crianças, sem alojamento

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico utilizado

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). Mais especificamente foram utilizadas as Norma das Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomou-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos livros e registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A Entidade reconhece os rendimentos e ganhos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento. As quantias de rendimentos atribuíveis ao período e ainda não recebidos ou liquidados são reconhecidas em "Devedores por acréscimos de rendimento"; por sua vez, as quantias de gastos atribuíveis ao período e ainda não pagos ou liquidados são reconhecidas "Credores por acréscimos de gastos".

- Materialidade e agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras. A Entidade não definiu qualquer critério de materialidade para efeito de apresentação das demonstrações financeiras.

- Compensação

Os ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração dos resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos vice-versa.

- Comparabilidade

As políticas contabilísticas e os critérios de mensuração adoptados a 31 de dezembro de 2023 são comparáveis com os utilizados na preparação das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2022.

3 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais bases de reconhecimento e mensuração utilizadas foram as seguintes:

- Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam nessa data são reflectidos nas demonstrações financeiras. Caso existam eventos materialmente relevantes após a data do balanço, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

- Moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em euro, constituindo esta a funcional e de apresentação. Neste sentido, os saldos em aberto e as transacções em moeda estrangeira foram transpostas para a moeda funcional

utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de fecho para os saldos em aberto e à data da transacção para as operações realizadas.

Os ganhos ou perdas de natureza cambial daqui decorrentes são reconhecidos na demonstração dos resultados no item de "Juros e rendimentos similares obtidos" se favoráveis ou "Juros e gastos similares suportados" se desfavoráveis, quando relacionados com financiamentos obtidos/concedidos ou em "Outros rendimentos e ganhos" se favoráveis e "Outros gastos ou perdas" se desfavoráveis, para todos os outros saldos e transacções.

- Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método da linha recta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada classe de activos. Não foram apuradas depreciações por componentes.

As despesas com reparação e manutenção destes activos são consideradas como gasto no período em que ocorrem. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de activos fixos tangíveis.

Os activos fixos tangíveis em curso representam bens ainda em fase de construção/installação, são integrados no item de "activos fixos tangíveis" e mensurados ao custo de aquisição. Estes bens não forem depreciados enquanto tal, por não se encontrarem em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico que estiver reconhecido na data de alienação do activo, sendo registadas na demonstração dos resultados no itens "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas", consoante se trate de mais ou menos valias, respectivamente.

- Propriedades de investimento

As propriedades de investimento compreendem essencialmente edifícios e outras construções detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital. Trata-se de activos que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços que fazem parte do objecto social da entidade, nem para fins administrativos ou para venda no decurso da sua actividade corrente.

O modelo de reconhecimento das propriedades de investimento é equivalente ao referido para os activos fixos tangíveis.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades (imposto municipal sobre imóveis), são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que se referem, nos respectivos itens de gastos. As beneficiações relativamente às quais se estima que gerem benefícios económicos adicionais futuros são capitalizadas no item de propriedades de investimento.

- Activos intangíveis

À semelhança dos activos fixos tangíveis, os activos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Observa-se o disposto na respectiva NCRF, na medida em que só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros, sejam controláveis e se possa medir razoavelmente o seu valor.

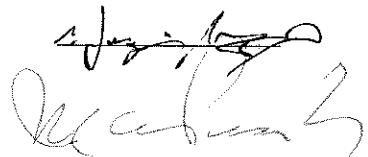
Os gastos com investigação são reconhecidas na demonstração dos resultados quando incorridas. Os gastos de desenvolvimento são capitalizadas, quando se demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros. Quando não se cumprirem estes requisitos, são registadas como gasto do período em que são incorridos.

As amortizações de activos intangíveis com vidas úteis definidas são calculadas, após o início de utilização, pelo método da linha recta em conformidade com o respectivo período de vida útil estimado, ou de acordo com os períodos de vigência dos contratos que os estabelecem.

Nos casos de activos intangíveis, sem vida útil definida, não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

- Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em subsidiárias e empresas associadas consideradas estas últimas como aquelas onde



exerce alguma influência sobre as políticas e decisões financeiras e operacionais (participações compreendidas entre 20% a 50% do capital de da participada - influência significativa), são registados pelo método da equivalência patrimonial no item "Investimentos financeiros – método da equivalência patrimonial".

De acordo com este método, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustadas pelas variações dos capitais próprios e pelo valor correspondente à participação da Entidade nos resultados líquidos das empresas detidas. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao valor dos capitais próprios na percentagem detida, à data da aquisição, é considerado "Goodwil", sendo reconhecido no activo e a sua recuperação sujeita a teste de imparidade. Caso a diferença seja negativa ("Goodwil negativo"), é reconhecido na demonstração dos resultados

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da empresa associada ou participadas excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da empresa associada não for positivo, excepto quando a Empresa tenha assumido compromissos para com a empresa associada ou participada, registando nesses casos uma provisão no item do passivo 'Provisões' para fazer face a essas obrigações.

- Imposto sobre o rendimento

A Empresa é isenta de IRC

- Inventários

As mercadorias, matérias-primas subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao valor de realização, pelo que não se encontra registada qualquer perda por imparidade por depreciação de inventários.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra directa e gastos de produção considerados como normais. Não incluem gastos de financiamento, nem gastos administrativos.

- Clientes e outros valores a receber

As contas de "Clientes" e "Outros valores a receber" estão reconhecidos pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas de imparidade, registadas na conta de "Perdas de imparidade acumuladas", por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

- Caixa e depósitos bancários

Este item rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros depósitos bancários. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente". Os saldos em moeda estrangeira foram convertidos com base na taxa de câmbio à data de fecho.

- Provisões

A Entidade analisa com regularidade os eventos passados em situação de risco e que venham a gerar obrigações futuras. Embora com subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos necessários para cumprimento destas obrigações futuras, a gerência procura sustentar as suas expectativa de perdas num ambiente de prudência.

- Fornecedores e outras contas a pagar

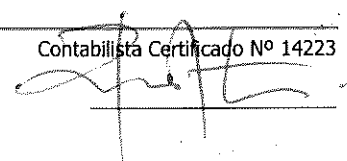
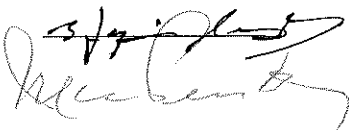
As contas a pagar a fornecedores e outros credores, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de com base na taxa de juro efectiva são registados na demonstração dos resultados em observância do regime da periodização económica.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Empresa tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Locações



Os contratos de locação são classificados ou como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do activo sob locação ou, caso contrário, como locações operacionais.

Os activos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados de acordo com a NCRF 9 - Locações, reconhecendo o activo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido nas políticas anteriormente referidas para este tipo de activo, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro do contrato. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do activo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados durante o período do contrato de locação e de acordo com as obrigações a este inerentes.

- Rédito e regime do acréscimo

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da actividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

Observou-se o disposto na NCRF 20, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, é provável que se obtenham benefícios económicos futuros e os todas as contingências relativas a uma venda tenham sido substancialmente resolvidas.

Os rendimentos dos serviços prestados são reconhecidos na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime da periodização económica, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efectiva durante o período até à maturidade. Os dividendos são reconhecidos na rubrica "Outros ganhos e perdas líquidos" quando existe o direito de os receber.

- Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todos os requisitos para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento activos fixos tangíveis e intangíveis, estão incluídos no item de "Outras variações nos capitais próprios". São transferidos numa base sistemática para resultados à medida em que decorrer o respectivo período de depreciação ou amortização.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

4 - Ativos fixos tangíveis

4.1. Divulgações para cada classe de ativos fixos tangíveis

4.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	803 698,10	3 094 191,79	499 649,53	367 995,80	149 032,08		89 732,38	8 410,74		5 012 710,42
Depreciações acumuladas		1 156 118,49	478 551,11	297 701,30	147 681,36		52 798,11			2 132 850,37
Saldo no início do período	803 698,10	1 938 073,30	21 098,42	70 294,50	1 350,72		36 934,27	8 410,74		2 879 860,05
Variações do período		(63 305,95)	21 483,34	4 703,83	(1 350,72)		(6 696,32)	25 697,90		(19 467,92)
Total de aumentos		7 152,42	33 973,59	35 169,16			1 305,03	30 296,71		107 896,91
Aquisições em primeira mão			33 973,59	35 169,16			1 305,03	30 296,71		100 744,49
Outros aumentos		7 152,42								7 152,42
Total diminuições		75 057,18	12 490,25	30 465,33	1 350,72		8 001,35			127 364,83
Depreciações do período		67 904,76	12 490,25	30 465,33	1 350,72		8 001,35			120 212,41
Alienações		7 152,42								7 152,42
Transferências de AFT		4 598,81						(4 598,81)		
Saldo no fim do período	803 698,10	1 874 767,35	42 581,76	74 998,33			30 237,95	34 108,64		2 860 392,13
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 098 790,66	533 623,12	403 164,96	149 032,08		91 037,41	34 108,64		5 113 454,91
Depreciações acumuladas no fim do período		1 224 023,25	491 041,36	328 166,63	149 032,08		60 799,46			2 253 062,78

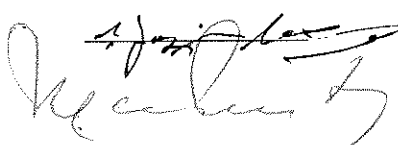
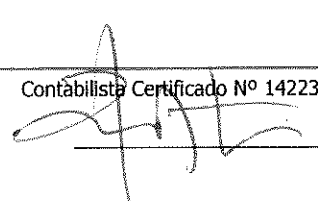
Quadro comparativo:

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Equipamentos biológicos	Outros AFT	AFT em curso	Adiantamentos AFT	TOTAL
Valor bruto no início	803 698,10	3 101 819,13	483 819,43	446 818,01	149 032,08		46 035,04	8 410,74		5 039 632,53
Depreciações acumuladas		1 095 336,50	471 231,77	353 092,01	145 752,72		44 890,22			2 110 303,22
Saldo no início do período	803 698,10	2 006 482,63	12 587,66	93 726,00	3 279,36		1 144,82	8 410,74		2 929 329,31
Variações do período		(68 409,33)	8 510,76	(23 431,50)	(1 928,64)		35 789,45			(49 469,26)
Total de aumentos		42 372,66	15 830,10				43 697,34			101 900,10
Aquisições em primeira mão		42 372,66	15 830,10				43 697,34			101 900,10
Total diminuições		110 781,99	7 319,34	23 431,50	1 928,64		7 907,89			151 369,36
Depreciações do período		67 781,99	7 319,34	23 431,50	1 928,64		7 907,89			108 369,36
Alienações		43 000,00								43 000,00
Outras transferências		0,00	0,00							0,00
Saldo no fim do período	803 698,10	1 938 073,30	21 098,42	70 294,50	1 350,72		36 934,27	8 410,74		2 879 860,05
Valor bruto no fim do período	803 698,10	3 094 191,79	499 649,53	367 995,80	149 032,08		89 732,38	8 410,74		5 012 710,42
Depreciações acumuladas no fim do período		1 156 118,49	478 551,11	297 701,30	147 681,36		52 798,11			2 132 850,37

5 - Ativos intangíveis

5.1. Divulgações para cada classe de ativos intangíveis

5.1.1. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Trespasse	Projetos desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Adiantamentos at. Intangíveis	TOTAL
TOTAIS ATIVOS INTANGÍVEIS								
Valor bruto total no fim do período			204,18					204,18
Amortizações acumuladas totais no fim do período			204,18					204,18
VIDA ÚTIL INDEFINIDA								
Saldo no início do período								
Valor líquido no fim do período								
VIDA ÚTIL DEFINIDA								
Valor bruto no início			204,18					204,18
Amortizações acumuladas			204,18					204,18
Saldo no início do período								
Variações do período								
Total de aumentos								
Total diminuições								
Saldo no final do período								

6 - Inventários

6.1. Políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários e fórmula de custeio usada

O inventário encontra-se mensurado pelo seu custo de compra, o qual inclui, além do seu preço de compra, todos os gastos adicionais de compra, assim como descontos comerciais e abatimentos

6.2. Quantia escriturada de inventários

Descrição	Mercadorias	Mat. Primas e Subsid.	Total Período	Mercadorias Per. Anterior	Mat. Prim. e Sub. Per. Anterior	Total Per. Anterior
APURAMENTO DO CUSTO DAS MERC. VENDIDAS E MAT. CONSUMIDAS						
Inventários Iniciais		6 064,36	6 064,36		5 757,93	5 757,93
Compras		359 680,04	359 680,04		314 204,95	314 204,95
Reclassificação e regularização de Inventários						
Inventários finais		5 743,46	5 743,46		6 064,36	6 064,36
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas		360 000,94	360 000,94		313 898,52	313 898,52
OUTRAS INFORMAÇÕES						

7 - Rendimentos e gastos

7.1. Quantia de cada categoria significativa de réditos reconhecida durante o período, conforme quadro seguinte:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Prestação de serviços	1 079 975,50	1 045 643,83
Juros	3 415,83	
Outros réditos	160 163,59	151 307,48
Total	1 243 554,92	1 196 951,31

7.2. Discriminação dos fornecimentos e serviços externos

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Subcontratos	3 135,00	
Serviços especializados	170 808,05	160 940,83
Trabalhos especializados	41 207,46	24 214,16
Vigilância e segurança	13 589,48	1 283,04
Honorários	66 151,32	52 975,13
Comissões	4 920,00	5 412,00
Conservação e reparação	44 939,79	76 927,49
Outros		129,01
Materiais	26 059,11	30 609,95
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	23 529,61	23 737,45
Material de escritório	263,47	1 565,10
Artigos para oferta	1 801,28	2 679,39
Outros	464,75	2 628,01
Energia e fluidos	85 531,35	103 425,27
Electricidade	19 892,30	36 916,92
Combustíveis	16 377,83	9 505,79
Água	10 100,27	12 014,27
Outros	39 160,95	44 988,29
Deslocações, estadas e transportes	2 255,56	2 124,51
Deslocações e estadas	2 255,56	1 943,50
Outros		181,01
Serviços diversos	98 194,56	96 341,72
Rendas e alugueres	5 680,00	2 660,00
Comunicação	2 475,17	2 105,54
Seguros	9 164,22	8 273,01
Contencioso e notariado	315,00	575,00
Limpeza, higiene e conforto	80 557,17	82 720,17
Outros serviços	3,00	8,00
Total	385 983,63	393 442,28

8 - Subsídios e outros apoios das entidades públicas

8.1. Natureza e extensão dos subsídios das entidades públicas

Os subsídios à exploração concedidos pelo Governo respeitam à comparticipação da Segurança Social referente à ação social da Instituição e do apoio do Instituto de Emprego, Formação Profissional referente a estágios e Câmara Municipal.

Os subsídios ao investimento concedidos pelo Governo em anos anteriores, o quais afetam os rendimentos do exercício em função das depreciações do investimento associado, respeitam a apoio concedido pela Câmara de Caldas da Rainha e Segurança Social (Programa Pares) referente ao alargamento do edifício para lar.

Descrição	Do Estado - Valor Total	Do Estado - Valor Imputado Período	Outras Ent.- Valor Total	Outras Ent.- Valor Imputado Período
Subsídios ao investimento	1 061 755,20	30 119,16		
Para ativos fixos tangíveis	1 061 755,20	30 119,16		
Edifícios e outras construções	1 061 755,20	30 119,16		
Para ativos intangíveis				
Para outras naturezas de ativos				
Subsídios à exploração	1 159 449,28	1 093 780,08	65 669,20	65 669,20
Valor dos reembolsos efetuados no período				
De subsídios ao Investimento				
De subsídios à exploração				
Total	2 221 204,48	1 123 899,24	65 669,20	65 669,20

9 - Instrumentos financeiros

9.1. Instrumentos financeiros mensurados ao justo valor

Descrição	Mensurados ao justo valor	Mensurados ao custo amortizado	Mensurados ao custo	Imparidade acumulada	Reconhecimen to Inicial
Ativos financeiros:			87 415,23	(29 480,64)	60 847,54
Clientes e utentes			51 197,51	(29 480,64)	24 629,82
Outras contas a receber			36 217,72		36 217,72
Passivos financeiros:			277 546,02		277 546,02
Fornecedores			77 447,32		77 447,32
Financiamentos obtidos			34 996,17		34 996,17
Outras contas a pagar			200 098,70		200 098,70
Ganhos e perdas líquidos:			1 448,32		1 448,32
De passivos financeiros			1 448,32		1 448,32
Rendimentos e gastos de juros:			1 736,70		1 736,70
De ativos financeiros			3 415,83		3 415,83
De passivos financeiros			(1 679,13)		(1 679,13)

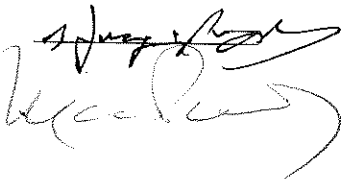
9.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período de cada rubrica dos fundos patrimoniais, conforme quadro seguinte:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Capital	14 033,88			14 033,88
Resultados transitados	1 505 540,23		51 850,38	1 557 390,61
Outras variações nos capitais próprios	1 366 838,03	37 271,58	7 152,42	1 336 718,87
Subsídios	698 112,66	30 119,16		667 993,50
Doações	668 725,37	7 152,42	7 152,42	668 725,37
Total	2 886 412,14	37 271,58	59 002,80	2 908 143,36

10 - Benefícios dos empregados

10.1. Pessoal ao serviço da empresa e horas trabalhadas

Administração/ Gerência




Descrição	Nº Médio de Pessoas	Nº de Horas Trabalhadas	Nº Médio de Pessoas Per. Anterior	Nº de Horas Trabalhadas Per. Anterior
Pessoas ao serviço da empresa	86,00	141 681,25	86,00	126 463,00
Pessoas remuneradas	76,00	141 317,25	76,00	126 099,00
Pessoas não remuneradas	10,00	364,00	10,00	364,00
Pessoas ao serviço da empresa por tipo horário	76,00	141 317,25	76,00	124 578,00
Pessoas a tempo completo	74,00	139 410,58	74,00	123 057,00
(das quais pessoas remuneradas)	74,00	139 410,58	74,00	123 057,00
Pessoas na tempo parcial	2,00	1 906,67	2,00	1 521,00
(das quais pessoas remuneradas)	2,00	1 906,67	2,00	1 521,00
Pessoas ao serviço da empresa por sexo	76,00	141 317,25	76,00	126 099,00
Masculino	2,00	2 860,00	2,00	3 042,00
Feminino	74,00	138 457,25	74,00	123 057,00
Pessoas ao serviço da empresa afetas a I&D				
Prestadores de serviços	16,00	9 984,00	16,00	9 984,00
Pessos colocadas por agências de trabalho temporário				

10.2. Divulgações relativas a membros dos órgãos de administração, de direção ou de supervisão

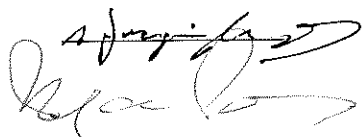
Existem 7 membros dos órgãos diretivos e não são remunerados.
Existem 3 membros do Conselho Fiscal e não são remunerados.

10.3. Benefícios dos empregados e encargos da entidade

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Gastos com o pessoal	1 406 261,26	1 340 754,55
Remunerações do pessoal	1 126 040,82	1 076 460,30
Encargos sobre as remunerações	248 192,17	237 551,77
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	9 214,42	9 156,86
Outros gastos com o pessoal, dos quais:	22 813,85	17 585,62
- formação	16 965,19	12 043,61
- fardamento	2 472,16	3 045,03

11 - Divulgações exigidas por diplomas legais

11.1. Informação por atividade económica




Descrição	Atividade CAE I	Total
Vendas		
Prestações de serviços	1 079 975,50	1 079 975,50
Compras	359 680,04	359 680,04
Fornecimentos e serviços externos	385 983,63	385 983,63
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	360 000,94	360 000,94
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	360 000,94	360 000,94
Gastos com o pessoal	1 406 261,26	1 406 261,26
Remunerações	1 126 040,82	1 126 040,82
Outros gastos	280 220,44	280 220,44
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 860 392,13	2 860 392,13
Total das aquisições	100 744,49	100 744,49
Adições no período de ativos em curso	30 296,71	30 296,71
Propriedades de Investimento		

Quadro comparativo:

Descrição	Atividade CAE I	Total
Vendas		
Prestações de serviços	1 045 643,83	1 045 643,83
Compras	314 204,95	314 204,95
Fornecimentos e serviços externos	393 442,28	393 442,28
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	313 898,52	313 898,52
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	313 898,52	313 898,52
Gastos com o pessoal	1 340 754,55	1 340 754,55
Remunerações	1 076 460,30	1 076 460,30
Outros gastos	264 294,25	264 294,25
Ativos fixos tangíveis		
Valor líquido final	2 879 860,05	2 879 860,05
Total das aquisições	101 900,10	101 900,10
(das quais edifícios e outras construções)	42 372,66	42 372,66
Propriedades de Investimento		

11.2. Informação por mercado geográfico

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	1 079 975,50			1 079 975,50
Compras	359 680,04			359 680,04
Fornecimentos e serviços externos	385 983,63			385 983,63
Aquisições de ativos fixos tangíveis	100 744,49			100 744,49
Rendimentos suplementares:	12 998,25			12 998,25
Outros rendimentos suplementares	12 998,25			12 998,25

Quadro comparativo:

Descrição	Mercado Interno	Comunitário	Extra-comunitário	Total
Vendas				
Prestações de serviços	1 045 643,83			1 045 643,83
Compras	314 204,95			314 204,95
Fornecimentos e serviços externos	393 442,28			393 442,28
Aquisições de ativos fixos tangíveis	101 900,10			101 900,10
Rendimentos suplementares:	1 277,11			1 277,11
Outros rendimentos suplementares	1 277,11			1 277,11

12 - Impostos e contribuições

12.1. Divulgação dos seguintes principais componentes de gasto de imposto sobre o rendimento:

Descrição	Valor Período	V. Período Anterior
Resultado antes de impostos do período	124 489,92	44 697,96
Imposto corrente		
Imposto diferido		
Imposto sobre o rendimento do período		
Tributações autónomas		
Taxa efetiva de imposto		

12.2. Divulgações relacionadas com outros impostos e contribuições

Os saldos finais do ano, respeitam a valores referentes a dezembro a serem pagos em janeiro do ano seguinte

Descrição	Saldo Devedor	Saldo Credor	Saldo Devedor Período Anterior	Saldo Credor Período Anterior
Imposto sobre o rendimento				
Retenção de impostos sobre rendimentos		7 945,00		8 882,05
Contribuições para a Segurança Social		26 145,42		25 283,90
Outras tributações				338,38
Total		34 090,42		34 504,33

13 - Fluxos de caixa

13.1. Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários:

Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	409,74	49 262,72	49 576,05	96,41
Depósitos à ordem	462 304,41	2 851 221,11	3 066 749,71	246 775,81
Outros depósitos bancários		300 000,00		300 000,00
Total	462 714,15	3 200 483,83	3 116 325,76	546 872,22

Quadro comparativo:

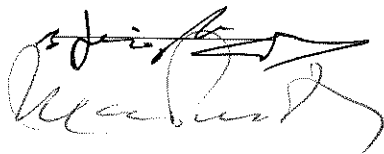
Descrição	Saldo inicial	Débitos	Créditos	Saldo Final
Caixa	1 683,73	40 604,60	41 878,59	409,74
Depósitos à ordem	297 055,26	2 475 384,08	2 310 134,93	462 304,41
Outros depósitos bancários				
Total	298 738,99	2 515 988,68	2 352 013,52	462 714,15

Balanco - (modelo para ESNL) em
31-12-2023
(montantes em euros)

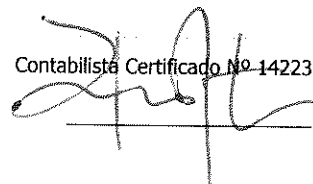
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2023	2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	2 860 392,13	2 879 860,05
Outros créditos e ativos não correntes		9 799,96	13 565,68
		2 870 192,09	2 893 425,73
Ativo corrente			
Inventários	6	5 743,46	6 064,36
Créditos a receber	9	57 934,59	53 571,30
Diferimentos		12 774,35	11 613,17
Caixa e depósitos bancários		546 872,22	462 714,15
		623 324,62	533 962,98
Total do ativo		3 493 516,71	3 427 388,71
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	11	14 033,88	14 033,88
Resultados transitados	9	1 557 390,61	1 505 540,23
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	8	1 336 718,87	1 366 838,03
Resultado líquido do período		124 489,92	44 697,96
Total dos fundos patrimoniais		3 032 633,28	2 931 110,10
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	9	2 471,96	63 887,42
		2 471,96	63 887,42
Passivo corrente			
Fornecedores	9	77 447,32	56 207,21
Estado e outros entes públicos	11	34 090,42	34 504,33
Financiamentos obtidos	9	32 524,21	
Diferimentos		114 250,82	149 969,14
Outros passivos correntes	9;10	200 098,70	191 710,51
		458 411,47	432 391,19
Total do passivo		460 883,43	496 278,61
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		3 493 516,71	3 427 388,71

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223



**Demonstração dos Resultados por Naturezas -
(modelo para ESNL) do período findo em 31-12
-2023**

**Centro Social Paroquial de Caldas
da Rainha**

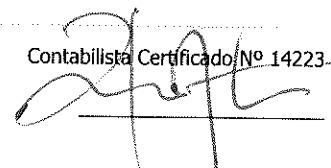
(montantes em euros)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2023	2022
Vendas e serviços prestados	7	1 079 975,50	1 045 643,83
Subsídios, doações e legados à exploração	8	1 159 449,28	1 014 728,29
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(360 000,94)	(313 898,52)
Fornecimentos e serviços externos	7	(385 983,63)	(393 442,28)
Gastos com o pessoal	10	(1 406 261,26)	(1 340 754,55)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9		1 879,12
Outros rendimentos	7	158 706,66	146 382,44
Outros gastos		(4 368,30)	(11 680,35)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		241 517,31	148 857,98
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4;5	(120 212,41)	(108 369,36)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		121 304,90	40 488,62
Juros e rendimentos similares obtidos	7	4 872,76	4 925,04
Juros e gastos similares suportados		(1 687,74)	(715,70)
Resultado antes de impostos		124 489,92	44 697,96
Resultado líquido do período		124 489,92	44 697,96

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223-



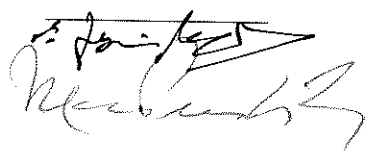
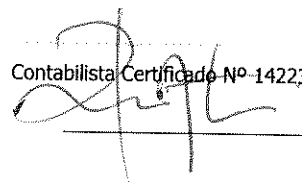
**Demonstração dos Fluxos de Caixa -
(modelo para ESNL) do período findo em
31-12-2023
(montantes em euros)**

**Centro Social Paroquial de Caidas da
Rainha**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		1 076 512,25	1 047 906,29
Pagamentos a fornecedores		710 992,17	682 781,73
Pagamentos ao pessoal	10	1 406 327,90	1 340 069,93
Caixa gerada pelas operações		(1 040 807,82)	(974 945,37)
Outros recebimentos/pagamentos		1 076 070,25	998 321,20
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		35 262,43	23 375,83
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	100 744,49	101 900,00
<i>Investimentos financeiros</i>		1 175,57	1 201,97
Recebimentos provenientes de:			
<i>Ativos fixos tangíveis</i>	4	87 500,00	137 000,00
<i>Investimentos financeiros</i>		4 941,29	1 591,48
<i>Outros ativos</i>		3 360,00	3 360,00
<i>Subsídios ao investimento</i>			64 363,00
<i>Juros e rendimentos similares</i>		3 415,83	
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 702,94)	103 212,51
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
<i>Doações</i>		82 177,57	67 214,17
Pagamentos respeitantes a:			
<i>Financiamentos obtidos</i>		28 891,25	29 112,77
<i>Juros e gastos similares</i>		1 687,74	714,58
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		51 598,58	37 386,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		84 158,07	163 975,16
Caixa e seus equivalentes no início do período		462 714,15	298 738,99
Caixa e seus equivalentes no fim do período		546 872,22	462 714,15

Administração / Gerência

Contabilista Certificado Nº-14223

**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31-12-2023
(montantes em euros)**

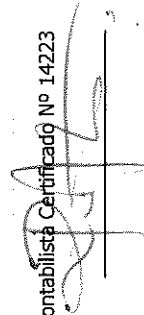
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

DESCRÇÃO	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamento s/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
6 POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2023		14 033,88			1 505 540,23		1 366 838,03	44 697,96	2 931 110,10		2 931 110,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	3										
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					51 850,38		(30 119,16)	(44 697,96)	(22 966,74)		(22 966,74)
7					51 850,38		(30 119,16)	(44 697,96)	(22 966,74)		(22 966,74)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8							124 489,92	124 489,92		124 489,92
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8							101 523,18	101 523,18		101 523,18
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO											
10											
10 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2023		14 033,88			1 557 390,61		1 336 718,87	124 489,92	3 032 633,28		3 032 633,28
6+7+8+10											

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223



**Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais do período findo em
31-12-2023
(montantes em euros)**

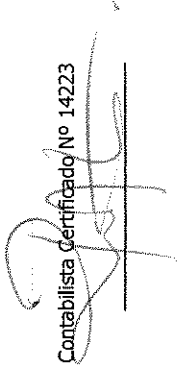
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha

NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Reservas	Resultados transitados	Excedentes de reavaliação	Ajustamento s/ outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
DESCRICÃO										
1. POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022	14 033,88			1 549 511,87		1 319 548,79	(43 971,64)	2 839 122,90		2 839 122,90
ALTERAÇÕES NO PERÍODO										
3 Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais				(43 971,64)		47 289,24	43 971,64	47 289,24		47 289,24
2				(43 971,64)		47 289,24	43 971,64	47 289,24		47 289,24
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO							44 697,96	44 697,96		44 697,96
3 RESULTADO INTEGRAL							91 987,20	91 987,20		91 987,20
4=2+3 OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO										
5 POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022	14 033,88			1 505 540,23		1 366 836,03	44 697,96	2 931 110,10		2 931 110,10
6=1+2+3+5										

Administração / Gerência



Contabilista Certificado Nº 14223





CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 3.493.517 euros e um total de fundos patrimoniais de 3.032.633 euros, incluindo um resultado líquido de 124.490 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de Centro Social e Paroquial de Caldas da Rainha em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião


A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;


1/3



- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

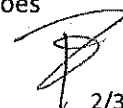
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações



2/3



não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da coerência da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 10 de abril de 2024

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (n.º 181)
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

A emissão da Certificação Legal das Contas acima encontra-se dependente da disponibilização dos seguintes elementos:

1. Relatório e contas assinado
2. Declaração de responsabilidade assinada



Carta de Compromisso

À Direção do
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Rua Columbano Bordalo Pinheiro, Caldas da Rainha

Exmos. Senhores,

Pela presente acordamos e atualizamos os termos do trabalho de auditoria, abordados no contrato de prestação de serviços celebrado com V. Exas, relativamente à auditoria às demonstrações financeiras do **Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha**.

Objetivo e âmbito da auditoria

Solicitaram-nos que auditássemos as demonstrações financeiras do **Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023, a demonstração dos resultados por natureza, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas. Temos o prazer de confirmar pela presente a nossa aceitação e o nosso entendimento deste trabalho de auditoria. A nossa auditoria será conduzida com o objetivo de expressarmos uma opinião sobre as demonstrações financeiras.

Os objetivos da nossa auditoria são obter segurança razoável sobre as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais, devido a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria que inclua a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

1/4



Responsabilidades do auditor

Executaremos a nossa auditoria de acordo com as ISA as quais exigem que cumpramos requisitos éticos. Como parte da auditoria de acordo com as ISA, faremos julgamentos profissionais e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente:

- identificaremos e analisaremos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, conceberemos e executaremos procedimentos de resposta aos riscos identificados, e obteremos prova que seja suficiente e apropriada que proporcione uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material resultante de fraude é maior do que o que resulta de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou não aplicação de controlos internos;
- obteremos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade. Porém, comunicar-vos-emos por escrito quaisquer deficiências significativas de controlo interno relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras que tenhamos identificado durante a mesma;
- avaliaremos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliaremos a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, concluiremos sobre se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, é exigido que chamemos a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modifiquemos a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria que obtivemos até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliaremos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que atinja uma apresentação apropriada;

Devido às limitações inerentes a uma auditoria, juntamente com as limitações inerentes ao controlo interno, existe inevitavelmente o risco de que algumas distorções materiais possam não ser detetadas, mesmo que a auditoria seja devidamente planeada e executada de acordo com as ISA.

Os papéis de trabalho preparados no decorrer do nosso exame são da nossa propriedade, constituem informação confidencial e serão arquivados e mantidos de acordo com as nossas políticas e procedimentos.

2/4



Responsabilidades do auditor

Executaremos a nossa auditoria de acordo com as ISA as quais exigem que cumpramos requisitos éticos. Como parte da auditoria de acordo com as ISA, faremos julgamentos profissionais e manteremos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Adicionalmente:

- identificaremos e analisaremos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, conceberemos e executaremos procedimentos de resposta aos riscos identificados, e obteremos prova que seja suficiente e apropriada que proporcione uma base para a nossa opinião. O risco de não detetarmos uma distorção material resultante de fraude é maior do que o que resulta de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou não aplicação de controlos internos;
- obteremos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade. Porém, comunicar-vos-emos por escrito quaisquer deficiências significativas de controlo interno relevantes para a auditoria das demonstrações financeiras que tenhamos identificado durante a mesma;
- avaliaremos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- avaliaremos a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, concluiremos sobre se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, é exigido que chamemos a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modifiquemos a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria que obtivemos até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliaremos a apresentação global, a estrutura e o conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de uma forma que atinja uma apresentação apropriada;

Devido às limitações inerentes a uma auditoria, juntamente com as limitações inerentes ao controlo interno, existe inevitavelmente o risco de que algumas distorções materiais possam não ser detetadas, mesmo que a auditoria seja devidamente planeada e executada de acordo com as ISA.

Os papéis de trabalho preparados no decorrer do nosso exame são da nossa propriedade, constituem informação confidencial e serão arquivados e mantidos de acordo com as nossas políticas e procedimentos.

2/4



Responsabilidades do órgão de gestão e identificação do referencial de relato financeiro aplicável

A nossa auditoria será conduzida na base de que o órgão de gestão reconhece e compreende que têm a responsabilidade:

- (a) pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- (b) pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro; e
- (c) de nos proporcionarem:
 - i. acesso a toda a informação de que tenha conhecimento e que seja relevante para a preparação das demonstrações financeiras, tais como registos contabilísticos, respetiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos e a correspondência relevante;
 - ii. informações adicionais que possamos pedir para efeitos da auditoria; e
 - iii. acesso sem restrições a pessoas que dentro da entidade determinemos ser necessário contactar para obter prova de auditoria.

Durante a nossa auditoria iremos inquirir o órgão de gestão, outros responsáveis da entidade e terceiros sobre a informação contida nas demonstrações financeiras e sobre a efetividade do sistema de controlo interno. No final dos nossos trabalhos, e como parte do nosso processo de auditoria, solicitaremos ao órgão de gestão e, quando apropriado, aos encarregados da governação, confirmação escrita respeitante a declarações que nos foram feitas relacionadas com a auditoria.

Esperamos uma total cooperação do vosso pessoal durante a nossa auditoria.

Outras informações e serviços relevantes

O planeamento e calendário de execução das diferentes tarefas que integram o trabalho objeto da presente carta serão posteriormente acordados com V. Exas.. Salientamos que o início dos nossos trabalhos, nomeadamente na fase final, está dependente da disponibilidade da informação de fecho, assim a mesma deverá ser-nos disponibilizada em tempo oportuno face à data prevista para a emissão da nossa Certificação Legal das Contas.

Qualquer serviço adicional requerido por V. Exas., que acordemos em prestar, será objeto de acordo escrito específico.



Relato

Além dos relatórios e pareceres a que por lei estamos obrigados a apresentar, e dos quais destacamos a certificação legal das contas, apresentaremos a Vossas Excelências um relatório da auditoria desenvolvida, incluindo eventuais deficiências na estrutura de controlo interno, que venham a ser identificadas durante a nossa auditoria, bem como eventuais distorções e irregularidades detetadas, nos termos das normas aplicáveis.

A forma e o conteúdo do nosso relatório poderão ter de ser alterados à luz das conclusões da nossa auditoria, dependendo dos factos e das circunstâncias existentes à data da sua emissão. Se vier a ocorrer a impossibilidade de completarmos o nosso exame, ou se a Certificação Legal das Contas tiver de conter reservas e/ou ênfases, as razões subjacentes serão previamente discutidas com V. Exas..

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 4 de janeiro de 2024

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

Tomámos conhecimento e concordamos em nome da Entidade:
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Caldas da Rainha

Pela Direção

Centro Social Paroquial de C. Rainha

Caldas da Rainha, 4 de janeiro de 2024



Relato

Além dos relatórios e pareceres a que por lei estamos obrigados a apresentar, e dos quais destacamos a certificação legal das contas, apresentaremos a Vossas Excelências um relatório da auditoria desenvolvida, incluindo eventuais deficiências na estrutura de controlo interno, que venham a ser identificadas durante a nossa auditoria, bem como eventuais distorções e irregularidades detetadas, nos termos das normas aplicáveis.

A forma e o conteúdo do nosso relatório poderão ter de ser alterados à luz das conclusões da nossa auditoria, dependendo dos factos e das circunstâncias existentes à data da sua emissão. Se vier a ocorrer a impossibilidade de completarmos o nosso exame, ou se a Certificação Legal das Contas tiver de conter reservas e/ou ênfases, as razões subjacentes serão previamente discutidas com V. Exas..

Com os nossos melhores cumprimentos,

Lisboa, 4 de janeiro de 2024

Tocha, Chaves & Associados, SROC, Lda.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas n.º 181
representada por:

Floriano Manuel Moleiro Tocha (ROC n.º 929)
Registado na CMVM com o n.º 20160546

Tomámos conhecimento e concordamos em nome da Entidade:
Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha
Caldas da Rainha

Pela Direção

Centro Social Paroquial de C. Rainha

Caldas da Rainha, 4 de janeiro de 2024

ATAS

Folha 21

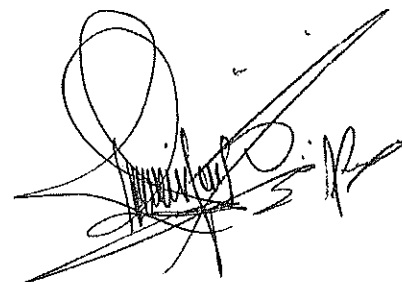
ATA NÚMERO 07/2024

-----Aos dez dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas dez horas, reuniu, nas instalações do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, a respetiva Direção, estando presentes os seguintes elementos: Presidente, Padre Joaquim Pedro Rodrigues Costa; Vice-Presidente, Luís Manuel Sousa Henriques; Secretário, Fernando António Alves; Tesoureiro, Manuel Pinto Lopes e os Vogais, Padre Alfredo Dionísio Dias Ferreira, Manuel Joaquim Fernandes Ferreira e Luís Paulo Ribeiro, os quais, após audição do Técnico Oficial de Contas que presta serviço ao Centro, análise dos mapas apresentados e obtido o parecer favorável do Conselho Fiscal, deliberaram por unanimidade:-----

----- Aprovar as contas, referentes ao ano de 2023, expressas no Balanço e Demonstração de Resultados, onde se apurou um resultado líquido positivo de 124 489,92 € (cento e vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove euros e noventa e dois cêntimos), com aplicação em Resultados Transitados.-----

-----Não havendo mais assuntos a tratar, foi dada por encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada pelos elementos que participaram nos trabalhos.-----

João Pedro Rodrigues Costa
Luís Manuel Sousa Henriques
Fernando António Alves
Manuel Pinto Lopes
Padre Alfredo Dionísio Dias Ferreira
Manuel Joaquim Fernandes Ferreira
Luís Paulo Ribeiro



Acta Número 51.02.2024

Aos oito dias do mês de Abril de dois mil e vinte e quatro, pelas dezoito e trinta horas, reuniu em reunião ordinária numa das salas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha, o Conselho Fiscal deste mesmo Centro, com a presença de todos os seus elementos, a saber; Bernardo José conceição Rodrigues Presidente, Paulo do Espírito Santo Oliveira Secretário, e Armando Manuel Penas da Silva Vogal, com a finalidade estatutária de apreciar e dar o seu parecer no que concerne às contas de gestão e actividade económica, relativamente ao ano de dois mil e vinte e três, próximo passado.

Iniciados os trabalhos com a apreciação dos documentos contabilísticos apresentados pelo técnico respectivo que as elabora e ouvidas as suas explicações e dados os esclarecimentos que se justificaram. Documentação que como é habitual ficará arquivada em dossier próprio deste Órgão Social para os fins convenientes.

Constatamos assim um movimento anual no valor relativamente à receita, de dois milhões trezentos e noventa e nove mil quinhentos e oitenta e oito euros e trinta e sete cêntimos (2,399.588.37€), sendo o valor da despesa de dois milhões cento e cinquenta e seis mil seiscentos e catorze euros e treze cêntimos (2,156.614.13€), do que resultou um saldo positivo, (EBITA) de duzentos e quarenta e dois mil novecentos e setenta e quatro euros e vinte e quatro cêntimos (242,974.24€). Resultado final do exercício, do ano aqui em apreço de dois mil e vinte e três.

Respeitando as normas obrigatórias. ao deduzir a rubrica Gastos/Reversão de Depreciação e Amortização, no valor de cento e vinte mil duzentos e doze euros e quarenta e um cêntimos (120,212.41€), deduzindo igualmente juros e outros gastos havidos, considerando também e em contra partida a obtenção de juros e rendimentos similares igualmente havidos, obtemos o resultado liquido real do exercício que o foi de cento e vinte e quatro mil quatrocentos e oitenta e nove euros e noventa e dois cêntimos (124,489.92€), neste já referido ano económico dois mil e vinte e três.

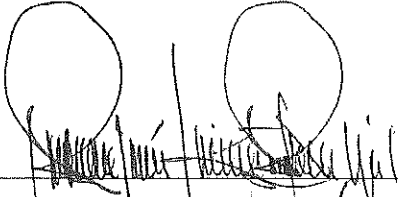
Uma vez mais se sublinha a existência de uma gestão criteriosa, exigente, transparente e assertiva, por parte da Direcção desta Instituição, que pesa embora a continuação da inflação, o aumento justo dos funcionários e outros encargos que todos, mais ou menos têm vindo, ainda que paulatinamente a existir, têm sabido contornar de forma sábia, dedicada e competente, e isso mesmo está espelhado nos resultados obtidos. Um muito e muito obrigado pelo excelente trabalho realizado. Bem hajam.

Não esquecemos também e uma vez mais todas a colaboração carinhosa e muito disponível, de todas as funcionárias e funcionários deste Centro Social, pois também e muito, têm contribuído para os êxitos desta Instituição. Manifestamos a todos um especial agradecimento, cheio de gratidão. Bem hajam.

Centro Social Paroquial das Caldas da Rainha
Conselho Fiscal
Acta Número 51.02.2024

Finalmente manifestamos a nossa total concordância com os resultados do exercício aqui em apreço, pelo que recomendamos a sua aprovação, obviamente.

Nada mais havendo a tratar, dado que foi este o único ponto dos trabalhos, deu-se esta reunião por encerrada, tendo-se da mesma lavrado a presente acta por mim Paulo do Espírito Santo Oliveira, Secretário, que a elaborei e após a sua leitura e concordância unânime com o conteúdo aqui inserto, foi aprovada também por unanimidade e vai ser assinada por todos a fim de que produza os devidos e legais efeitos.



Paulo do Espírito Santo Oliveira

Assunto: Conselho Fiscal de 2024

Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023 declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro Social Paroquial de Caldas da Rainha ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo nº 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 1724/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2023 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.cspcr.com em 31 de maio de 2024.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 1724/2014 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2023 a entidade.
 - Realizou obras superiores a 25,000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
 - Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
 - A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º

Os órgãos de administração:

Centro Social Paroquial de C. Rainha

